

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.141 - SP
(2018/0274714-4)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : FORT BLINDADOS EIRELI
ADVOGADOS : RENNER SILVA FONSECA - MG097515
DANIELLE ZAUZA PASSOS E OUTRO(S) - MG110382
AGRAVADO : JOSE MANUEL TEIGA JUNIOR
ADVOGADO : FRANCIELY LOURENÇO DE MORAIS - SP282106

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

2. A revisão do aresto impugnado, no sentido pretendido pela recorrente, exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre inexistir ofensa à boa-fé contratual, por serem suficientes as informações oferecidas pela vendedora para que a adquirente, empresa do ramo, apurasse a origem do veículo. Incidência da Súmula 7/STJ, aplicável também ao dissídio jurisprudencial.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator